

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*JOSÉ SILVEIRA — *Secretário Executivo*

## Síndrome da Dívida

O Brasil precisa voltar com urgência ao mercado internacional de capitais como tomador de investimentos em capital de risco, para não desperdiçar um "momentum" altamente favorável, tanto do ponto de vista externo quanto interno.

Com a economia do cruzado estamos no caminho certo para eliminar os altos coeficientes de incerteza da inflação em espiral. As empresas privadas voltaram-se para as bolsas de valores, correndo para o lançamento de ações novas. O sistema financeiro passou a trabalhar com taxas de juros mais baixas, permitindo um endividamento inviável quando os índices de preços galopavam. E as empresas públicas, ainda quando grandes retardatárias, cedo ou tarde terão, também, que ajustar suas contas.

Nesse quadro, os grandes projetos, a instalação de novas fábricas e o investimento que fará realmente "crescer" o bolo do Produto Interno Bruto é o grande desguarnecido. Assiste-se, para evidenciar este fato, a uma grande discussão nos bastidores do Governo sobre onde e como encontrar a poupança adicional, que irá dar mais fôlego à economia. Num ambiente de sustentado otimismo, é portanto um paradoxo, senão uma aberração, que se fale em cortar investimentos como alternativa para reduzir o déficit público. Por que não pensar em aumentar a eficiência das estatais, e, simultaneamente, buscar novas fontes e novos mecanismos capazes de atrair a poupança externa?

O Brasil precisa voltar ao mercado externo de capitais, superando a síndrome da dívida que marcou os países em desenvolvimento nos últimos anos e que teve como epicentro de um dos seus maiores terremotos o colapso mexicano de 82. Não será um retorno fácil, mas está demonstrando que é viável. A economia brasileira não pode se alinhar por baixo com a economia de outros países endividados, muito menos no momento em que toda a população e todo o setor privado se dispõem aos sacrifícios necessários para estabilizar a moeda e manter o crescimento do produto.

Uma das alternativas mais viáveis para o ingresso de capitais de risco no país é a transformação de parte da dívida em capital acionário de empresas brasileiras mediante transações em bolsas. Outros países com um perfil menos favorável do que o Brasil, como a Turquia ou o próprio México, já estão ensaiando passos nessa direção.

Grandes bancos estrangeiros, e americanos em particular, já mostraram seu interesse em converter parte da dívida em investimento de capital fixo, desde que sejam removidos alguns impedimentos legais, tanto do lado americano quanto do lado brasileiro. É preciso reconhecer que podemos estar considerando com timidez a capacidade das empresas brasileiras de capital aberto para absorver investimentos externos em sua estrutura acionária.

As limitações aos investimentos existentes no decreto-lei que regulou as sociedades e fundos devem ser reconsideradas diante da nova realidade brasileira. Essa realidade indica que falta poupança dirigida para o longo prazo, e que um dos maiores constrangimentos do nosso desenvolvimento é a transferência de poupança interna para o exterior, sob a forma de pagamento de juros da dívida. Os quase dez bilhões de dólares que somos obrigados a remeter para fora, todos os anos, deixam crateras que equivalem ao que poderíamos estar aplicando em projetos novos.

A iniciativa privada está provando que é capaz de chegar com uma rápida oferta de ações para subscrição nas bolsas de valores, atraindo toda a poupança disponível. O Governo vem tentando disputar o mesmo espaço, quando faltam recursos para a saúde, a educação, o saneamento básico, a política de preços mínimos agrícolas. A abertura do mercado de capitais para a conversão de parte da nossa dívida pode ser o caminho da retomada do desenvolvimento, sem os pontos de estrangulamento visíveis no horizonte para a mobilização da poupança a longo prazo.